



CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

1 Ao vigésimo oitavo dia do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas,
2 através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, com acesso
3 pelo link <https://conferencia.pr.gov.br/CERMA>, e conforme Resolução 075/2020. Sendo
4 assim, deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos
5 Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes, conforme convocação
6 os seguintes **Conselheiros Governamentais**: Ana Felícia Bodstein (SEJUF) – Titular;
7 Lucimar Godoy (SESA) – Titular; Rosane Freitas (SESA) – Suplente; Edson Belo
8 Clemente de Souza (SETI) – Suplente; Danilo Peres Buss (SECC) – Titular;
9 **Conselheiros da Sociedade Civil**: Andressa Gongora Barboza (ARAS) – Titular, Marcia
10 Terezinha Ponce (CÁRITAS Regional PR) – Titular; Marcos Calixto Stier (CAEBE) –
11 Titular; Renato de Souza Paulo (CAEBE) – Suplente; Rima Awada Zahra (CRP) – Titular;
12 Juliana Mara da Silva (CRESS) – Titular; Elizete Sant’Anna (Pastoral Migrante) – Titular;
13 Nadine Hyppolite (Pastoral Migrante) – Suplente. **Demais participantes da reunião**:
14 André Martini (Cáritas); Paula Libera – OIM; Gabriela Teixeira – CRP; Graziella Molina
15 (SEJUF/DEDIF); Isabella Traub, Jane Vasques – Secretária Executiva; Luiza Gagliardi;
16 Roselene Sonda – MPPR; Tatyana Scheila Friedrich - UFPR; Ediane de Paula Machado
17 Soares; Ana Julia Franco – UFPR; Juliana Tubini (ACNUR); Rosane (Cáritas de Foz do
18 Iguaçu). **1. Abertura**: A Presidente Márcia saudou a todos e todas e solicitou a verificação
19 de quórum para abertura da reunião. A Presidente Márcia solicitou que a Secretária
20 Executiva Jane liste quantos conselheiros (as) faltam para completar quórum. Após a
21 chegada dos demais conselheiros, a Presidente Márcia deu início a reunião. **2.**
22 **Apreciação e Aprovação da Pauta**: A Presidente Márcia solicitou que a pauta seja
23 compartilhada para todos e todas verem, realizando também a leitura da mesma. Em
24 seguida, solicitou que caso alguém tenha alguma inclusão ou alteração se manifeste.
25 Houveram 3 propostas de inclusão de pauta, mas que serão tratadas nos informes da
26 reunião por serem mais curtas. A pauta foi aprovada pelo pleno. **3. Aprovação da Ata de**
27 **Setembro**: A Presidente Márcia perguntou à Sec. Executiva Jane se houve solicitações
28 de alterações na ata de setembro. Cláudia solicitou alterações nas linhas 31 e 32 onde se
29 lê: “Cláudia solicitou que após as falas de Mônica e Bárbara a inclusão da pauta referente
30 a Estratégia de Interiorização da OIM” seja alterado para: “Cláudia solicitou que o ponto
31 de pauta sobre a Estratégia de Interiorização seja o primeiro a ser tratado na reunião”.
32 Além disso, Cláudia também solicitou que nas linhas 97 e 98 onde se lê “5. Estratégia de
33 Interiorização da OIM/ACNUR” seja alterado para: “5. Apoio da OIM e ACNUR na
34 Estratégia de Interiorização”. As alterações e a ata de setembro foram aprovadas pela
35 maioria do pleno. **4. Relato das Comissões e GT’s**: A Presidente Márcia solicitou que a
36 Rima e a Gabriela auxiliem neste ponto de pauta. **4.1 Comissão de Comunicação**: A
37 conselheira Andressa informou que a comissão se reuniu neste último mês. O
38 Conselheiro Danilo destacou que não foi por falta de tentativas, mas houve
39 incompatibilidade de agendas dos (as) integrantes. **4.2 Comissão de Denúncias e**
40 **Garantia de Direitos**: A comissão não conseguiu se reunir, havendo apenas o relato do
41 GT de Ocupação. **4.3 GT de Ocupação**: No dia 06 de Outubro foi realizada a reunião do



CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

6
7
8
9
10

42 GT de Ocupação do CERMA onde foram levantadas propostas, como agendar uma
43 reunião com a Mesa Diretiva para orientação de encaminhamento de ofício para o
44 Secretário da SEJUF, para que, junto à Prefeitura de Araucária possa organizar uma ação
45 na ocupação pelo Programa Paraná Cidadão. Além disso, teve como encaminhamento
46 solicitar reunião com a Lucimar (SESA) para tratar sobre a possibilidade de ações na
47 ocupação e esclarecimentos de vacinas para migrantes. No dia 18 de Outubro foi
48 realizada a reunião *online* da coordenação do GT com a Lucimar (SESA) para falar sobre
49 a realidade da ocupação de Araucária e da possibilidade de uma ação da SESA sobre
50 vacinas para migrantes, pois foi informado que houveram problemas por conta da falta de
51 endereço dos migrantes. Lucimar informou que o município precisa dialogar com a
52 Assistência Social e que o migrante necessita ter o Cartão do SUS através do CPF ou
53 outro documento, mas que não ficará impedido de tomar a vacina, ficando apenas como
54 pendência e que os casos mais específicos podem ser relatados na Ouvidoria do Estado
55 ou Município. No dia 26 de Outubro foi realizada a reunião com a Mesa Diretiva do
56 CERMA e a coordenação do GT para dialogar sobre as possibilidades de através do
57 CERMA e SEJUF realizar ações na ocupação de Araucária pelo Paraná Cidadão. Como
58 encaminhamento a Mesa ficou de resgatar o contato dos representantes de Araucária que
59 estiveram presentes na Reunião Descentralizada do CERMA para dialogar sobre as
60 possibilidades dessas ações junto ao Município de Araucária. **4.4 Comissão de Gestão**
61 **da Informação:** Ediane relatou que a comissão se reuniu no dia 22 de Outubro e
62 formulou o seguinte relato: *“Formulários das Universidades e Processos de Registros: Até*
63 *o presente momento não foi dado retorno das universidades, mas estamos com o*
64 *processo de sensibilização. Isabel colocou sobre a importância da participação das*
65 *universidades e a formação de uma rede universitária dentro do Estado que ainda não*
66 *está pensando sobre isso. Ediane abordou sobre a questão da necessidade da*
67 *divulgação da eleição do CERMA e representantes das universidades no Conselho*
68 *Estadual. Ficou acordado o levantamento das universidades do Paraná, sendo*
69 *identificadas 4 universidades: Universidade Federal do Paraná (UFPR); Centro*
70 *Universitário de Curitiba (UniCuritiba). Atualmente o Centro a Cátedra é composta por 29*
71 *Instituições de Ensino Superior espalhadas em 09 Estados e no Distrito Federal. Outras*
72 *Universidades já apresentaram planos de trabalho e estão concretizando a assinatura do*
73 *convênio, segundo a conselheira Elizete. As instituições com vínculo ativo são desde*
74 *2003, o ACNUR implementa a Cátedra em cooperação com os Centros Universitários. Ao*
75 *longo dos anos, a Cátedra vem se revelando um ator fundamental para garantir que*
76 *pessoas refugiadas possam adentrar às universidades. Portanto, a comissão debateu*
77 *sobre a possibilidade de ampliação do próximo levantamento. Foi realizado um*
78 *levantamento sobre as universidades que estão no Paraná, em 2013, o Paraná possuía*
79 *195 Universidades, dentre elas 174 são particulares, 13 Estaduais, 04 Federais e*
80 *Municipais. Elizete discutiu sobre a continuidade da Comissão no próximo ano e dos*
81 *conselheiros e que deve-se fomentar a participação e a questão da possibilidade do*
82 *retorno presencial. Foi relatado sobre os objetivos da Comissão. Elizete ficou de enviar*



CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

11
12
13
14
15

83 *para que possamos ver referente aos objetivos e encaminhamentos. Ediane ficou de*
84 *saber sobre os acompanhamentos das respostas das universidades e relatar na reunião*
85 *do CERMA para dar um retorno e Isabel falar sobre a ideia enquanto as Universidades*
86 *estarem participando mais ativamente. A proposta da constituição da Rede de*
87 *Universidades com o tema da Migração e Refúgio, encerrando às 11hrs a reunião.” A*
88 Conselheira Elizete destacou a importância do fomento da participação ativa das
89 universidades. O Prof. Edson sugeriu que a demora de respostas das universidades pode
90 ter sido causada por conta do trabalho remoto e que, a partir do ano que vem, as
91 universidades voltarão presencialmente, facilitando a comunicação. Além disso, o Prof.
92 Edson ressaltou o quão fantástica é a criação de uma Rede Universitária, pois existem
93 grupos e núcleos de trabalho sobre migração isoladas, não articulados, não inseridos em
94 uma rede, sendo um tema que se diz respeito às diversas disciplinas nas áreas de
95 humanas. **4.5 Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas:** A Conselheira Rima
96 relatou que a comissão recebeu uma demanda de Maringá do Instituto SENDAS
97 solicitando apoio para políticas públicas emergenciais por conta dos migrantes
98 venezuelanos, por questões como comprovantes de residência e um plano emergencial
99 de vacinação. Portanto, foi elaborada uma minuta que foi disposta no grupo da Comissão
100 para avaliação e inclusões, sendo importante convidar o Instituto para a próxima plenária.
101 A Conselheira Andressa informou que a atuação deste Instituto é peculiar, pois há
102 denúncias de migrantes em relação ao instituto. Além de que, o ofício recebido pelo
103 CERMA é confuso e não apresenta uma proposta clara de ações solicitadas. Ademais, o
104 que surge referente a atuação do instituto é uma forte disputa de imagem política junto ao
105 atual Secretário da Cidadania e Juventude de Maringá, Emmanuel Predestin, migrante
106 haitiano. Portanto, acredita-se que o ofício vem no intuito de disputa pelos espaços de
107 decisão por conta da relação municipal desgastada e conflituosa, tendo a rede sentindo
108 que isso prejudica ainda mais os migrantes. A Presidente Márcia solicitou que sejam
109 reunidos essas denúncias, relatos e esclarecimentos sobre esse caso específico de
110 Maringá para serem trazidos para o espaço do Conselho para debate dos conselheiros e
111 conselheiras para melhores encaminhamentos. Em relação ao Plano Estadual, Gabriela
112 informou que está em fase final de elaboração e em Novembro serão realizadas as
113 últimas reuniões do GT para produção da sua versão final, esta que será apresentada na
114 última reunião do CERMA no ano em Dezembro. Além disso, houve uma reunião
115 enquanto Mesa para falar com a Dra. Ângela e com a Coordenadora Ana Felícia para
116 discutir o processo do plano, pois houveram algumas dificuldades na etapa final, como o
117 caso de algumas secretarias que não enviaram suas respostas, metas e indicadores.
118 Gabriela ressaltou que essa ausência de respostas se deve muito pela baixa participação
119 governamental no Conselho, baixas movimentações nas comissões e nas demandas
120 apresentadas pelos (as) conselheiros (as). Referente a apresentação do plano na última
121 reunião do ano do CERMA, a ideia é convidar o Secretário ou algum representante de
122 todas as Secretarias para terem conhecimento do Plano Estadual. Em relação à escrita
123 do plano, ela já está na etapa final e será encaminhada para todos conselheiros e



CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

16
17
18
19
20

124 conselheiras. A Presidente Márcia destacou a importância da reunião da Mesa Diretiva
125 com a Dra. Angela Mendonça, pois ela trouxe muitas luzes sobre as conversas e as
126 dificuldades encontradas, sendo muito benéfica a conversa realizada para orientação dos
127 trabalhos a serem elaborados. A Presidente Márcia indicou que a Dra. Angela destacou
128 que o Plano Estadual deverá ser finalizado e publicado esse ano, mesmo sem o retorno
129 de todas as Secretarias, assumindo a responsabilidade destas que não deram retorno,
130 identificando quais órgãos não encaminharam os dados solicitados pelo Conselho. **4.6**
131 **Comissão de Eleição do CERMA:** A secretária Jane informou que a Comissão eleitoral
132 ainda não havia se reunido devido as divergências de agendas dos participantes, contudo
133 esclareceu que já estavam com reunião marcada para a sexta-feira dia 29 de outubro
134 onde seria elaborado o cronograma da eleição, e que o documento do edital já estava
135 quase finalizado, faltando apenas o cronograma, para então, ser apresentado ao
136 CERMA/PR. Gabriela expressou preocupação quanto ao atendimento dos prazos
137 estabelecidos anteriormente em Junho, pois a ideia era de que a Eleição acontecesse em
138 Dezembro, porém, para isso, o Edital deveria ser lançado no início de Novembro, não
139 havendo tempo hábil para o lançamento visto que a Comissão Eleitoral irá se reunir no
140 início de Novembro, desajustando todo o cronograma estabelecido anteriormente pelo
141 Conselho. A Presidente Márcia indicou que é complicado para a Sec. Jane dar qualquer
142 resposta, pois não é ela que faz parte da Comissão Eleitoral - mas sim a Conselheira Ana
143 Felícia - tendo apenas passado o recado da Comissão Eleitoral ao pleno. A Conselheira
144 Rosane colocou no *chat* a seguinte mensagem: "*Eu estou na Comissão Eleitoral e*
145 *realmente não houve nenhuma reunião. Amanhã repasso a sugestão dada, inclusive*
146 *concordo, estou com dificuldades de compreender o processo, pois nunca participei.*
147 *Acredito que amanhã na reunião será esclarecido, houve realmente dificuldades em*
148 *conciliar as agendas.*". Gabriela sugeriu que a Mesa Diretora realize uma reunião amanhã
149 (29/10) após a reunião da Comissão Eleitoral para definir as novas datas. A Conselheira
150 Lena sugeriu que a Comissão Eleitoral se reúna com os membros possíveis e elabore o
151 Edital com urgência, pois é uma questão muito importante para ser prolongada, os demais
152 membros que não conseguirem participar podem apreciar e aprovar o Edital
153 posteriormente. A Presidente Márcia destacou que essa deveria ter sido uma decisão
154 tomada anteriormente pela Comissão para agilizar o processo, sendo preocupante esse
155 atraso na publicação do Edital, pois houveram longos debates na plenária sobre o tema e
156 ele não pode ser lançado em Dezembro. Márcia solicitou que a Conselheira Rosane
157 provoque o coletivo da comissão constituída para que acelere o processo de eleição e
158 que a Sec. Jane envie por *e-mail* um informativo registrando para todos os conselheiros e
159 conselheiras sobre o estado do processo de eleição do CERMA. **5. Relato sobre as**
160 **questões da Polícia Federal:** Isabella lembrou que conforme combinado na última
161 reunião seria realizada uma reunião com o Ministério Público Federal e o Ministério
162 Público do Trabalho. Primeiramente, para reunir as principais dificuldades que vêm sendo
163 enfrentadas com relação à Polícia Federal em todo o Estado e a partir disso dialogar
164 sobre o que poderia ser feito, além de relatar as dificuldades do CERMA em dialogar com



CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

21
22
23
24
25

165 a Polícia Federal, pois a instituição não responde e não participa efetivamente quando
166 convocada em relação às temáticas migratórias. Portanto, ontem (27/11) à tarde foi
167 realizada uma reunião com a Dra, Endira (Ministério Público Federal), com a Dra.
168 Cristiane (Ministério Público do Trabalho), o André e a Luiza (CÁRITAS) e a Gabriela e a
169 Isabella (CERMA-PR). Nesta reunião, foi realizado o relatório dessas dificuldades, um
170 documento escrito esmiuçando as questões relacionadas quanto à regularização
171 migratória, as dificuldades de agendamento na Polícia Federal, as solicitações de
172 declaração de hipossuficiência e sobre uma possível reunião que irá acontecer na sexta-
173 feira convocada pelo Senador Flávio Arns junto com a Polícia Federal e organizações que
174 fazem parte do CERMA. De forma geral, o encaminhamento realizado na reunião foi de
175 aguardar a reunião com o Senador Flávio Arns para saber exatamente quais serão os
176 encaminhamentos e como se dará o diálogo com a PF, para a partir daí, verificar de que
177 forma o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho poderão atuar
178 conjuntamente em prol das questões levantadas. A Presidente Márcia destacou que a
179 reunião com o Senador e a PF não foi uma ação do CERMA, mas de alguém da
180 Sociedade Civil, que relatou as dificuldades dos migrantes e refugiados nas agendas da
181 PF, no acatamento da comprovação de hipossuficiência e demais questões que
182 articularam a realização desta reunião que sensibilizou o Senador Flávio Arns. Este que,
183 convocou esta reunião, a Presidente ressaltou novamente que essa reunião não se dará
184 pelos caminhos constituídos e sim por relações políticas, destacando que não possui
185 nada contra o Senador, muito pelo contrário, mas que, infelizmente o CERMA não
186 consegue estabelecer contato com a PF pelos caminhos oficiais, sendo necessário
187 contactá-los por outras formas. Além disso, foi elaborado um novo ofício à Polícia Federal
188 citando que o Artigo da Lei diz que a PF integra o Conselho, sendo um membro
189 representativo que deve participar e que até então não foi respeitado o que está instituído
190 em Lei. A Conselheira Elizete destacou a importância dos agendamentos para os
191 migrantes, pois sem isso eles precisam pagar entre 100 a 200 reais a terceiros para
192 conseguir o atendimento, sendo essa uma violação de direitos que infelizmente acontece.
193 Além disso, a conselheira enfatizou que na reunião com a PF deve-se aproximar a
194 instituição da situação dos migrantes no Estado, facilitando o acesso às informações
195 desta parcela da população. A Presidente Márcia destacou o excelente trabalho realizado
196 pela Polícia Federal em Foz do Iguaçu, mas que não vem acontecendo nas outras regiões
197 do Estado do Paraná, onde os agendamentos e atendimento estão muito demorados. A
198 Conselheira Elizete se comprometeu a realizar um breve relato da reunião que será
199 realizada com a PF e o Senador, este que será enviado para a Mesa Diretiva e a
200 Secretária Executiva para ser encaminhado para todos os conselheiros e conselheiras. **6.**
201 **Atualização dos Processos de Interiorização:** A Presidente Márcia esclareceu que foi
202 encaminhado - conforme definido na última reunião - para o Ministério da Cidadania,
203 através dos contatos deixados pela Bárbara e pela Mônica, as denúncias e relatos
204 apresentados, visto que, foi acordado entre o CERMA e elas o fortalecimento do contato
205 entre ambos. Portanto, na reunião da Mesa Diretiva foi realizado esse levantamento a



CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

26
27
28
29
30

206 partir do relatado na reunião com todos apontamentos que foram feitos e encaminhados
207 por *e-mail* nos endereços de contato informados por Bárbara e Mônica. A Presidente
208 Márcia sugere que nas reuniões do CERMA sejam trazidos continuamente relatos
209 sobre os processos de interiorização, sendo registrado em ata e mantendo contato direto
210 para aguardar seus retornos. A Conselheira Elizete indagou se os NURINS também farão
211 parte dos relatos. Juliana respondeu que os NURINS enquanto a proposta já mencionada
212 anteriormente de serem espaços de articulação de diferentes atores infelizmente não está
213 funcionando tanto quanto desejado em todas as regiões. Então, essa proposta inicial do
214 Governo Federal para apoiar a interiorização com o Exército responsável pela logística
215 ainda não foi posta em prática, faltando ainda essa formalização por parte do Governo
216 Federal para a conjugação dos outros atores. A Presidente Márcia sugere que o CERMA
217 faça algo reafirmando e questionando o Governo Federal referente a essas proposições
218 apresentadas sobre as formas de acolhimento dos migrantes e refugiados no Estado do
219 Paraná, pois é um dos estados que mais recebem migrantes e refugiados devido possuir
220 uma tríplice fronteira. Juliana destaca que os NURINS são de extrema importância para
221 os Estados que não possuem comitês/conselhos/grupos de trabalhos sobre a temática
222 migrante para juntar os atores relevantes para a temática. Entretanto, nos locais onde
223 existem Conselhos/Comitês também se faz necessário para trazer os temas a debate,
224 entender um pouco mais sobre como estão funcionando os processos de interiorização,
225 não sendo uma perda, sendo um espaço a mais para congregar os atores relevantes à
226 temática. A Conselheira Elizete sugere que seja enviada uma mensagem para a Nilzarete
227 do Ministério da Cidadania colocando à disposição o CERMA para fortalecimento dos
228 NURINS, principalmente no Estado do Paraná, sendo necessário usar com mais
229 propriedade a instância do CERMA. A Presidente Márcia ressaltou que, para além do
230 Conselho, o Paraná necessita de outros espaços que agreguem outros atores para
231 debater o tema da migração dentro do Estado, pois mesmo sendo um espaço aberto, o
232 CERMA é limitado aos conselheiros, observadores e convidados. Além disso, a
233 Presidente exaltou a possibilidade da criação de um Fórum Estadual para o tema da
234 migração dentro do Estado do Paraná, tendo representantes de todas as regiões do
235 Estado para uma atuação mais ampla e debates mais aprofundados sobre questões que
236 não chegam diretamente ao CERMA. A Conselheira Elizete indicou que no Rio Grande do
237 Sul existe o Fórum Permanente de Mobilidade Humana, podendo ser realizado contato
238 com eles para entender suas estruturas e formatos de atendimento para basear um fórum
239 paranaense. **7. Informes:** Juliana informou que o COMIRAT em parceria com o ACNUR
240 está estruturando uma primeira Reunião Nacional de todos os conselhos e comitês
241 estaduais que tratam da temática de refúgio e migração. Não há data definida, mas
242 deverá acontecer entre dezembro e o início do ano que vem, sendo 02 representantes -
243 01 governamental e 01 da sociedade civil - escolhidos por cada conselho/comitê. Em
244 breve será enviado para o CERMA/PR participar. Em seguida, a Conselheira Andressa
245 informou que em relação ao Conselho Municipal foi realizada a eleição da Sociedade
246 Civil, onde participaram 05 entidades, o Conselho de Psicologia; o Conselho de Serviço



CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

31
32
33
34
35

247 Social e uma Associação de Bairros. Além disso, a Conselheira Andressa indicou que a
248 embaixada do Haiti foi para Curitiba e para a cidade de Maringá, não havendo
249 comunicação para a Sociedade Civil e entidades sobre as articulações realizadas, que
250 ficaram sabendo apenas uma semana antes que a embaixada viria. Essa falta de
251 comunicação prejudicou os migrantes, pois estes ficaram sem apoio, sem as informações
252 necessárias como documentação, pagamentos, agendamentos e etc, sendo tudo muito
253 enrolado e informado superficialmente apenas pela mídia local e *internet*. A Presidente
254 Márcia perguntou quantas representações - sociedade civil e gov. - e quando o Conselho
255 Municipal irá começar a atuar. A Conselheira Andressa respondeu que foram 08
256 representações paritárias e que ainda não há agendamento das reuniões, mas acredita
257 que semana que vem surja alguma informação referente aos encontros. A Presidente
258 Márcia reiterou a fala da conselheira e destacou a importância do CERMA em ocupar e
259 atuar nestes espaços para garantir os direitos dos migrantes e refugiados, tendo maior
260 participação entre os Conselhos Municipais, o CEIM e abrindo espaço para as demais
261 representações do Estado, pois todos empunham a mesma bandeira. A Conselheira
262 Elizete informou sobre o que havia se comprometido anteriormente, que era entender
263 como se deu o processo em Curitiba enquanto coordenação da pastoral não participando
264 ativamente, mas se colocando à disposição da Pastoral do Migrante em Santa Felicidade,
265 porém eles já haviam se organizado. Portanto, a Conselheira Elizete se comprometeu em
266 reunir algumas situações em um breve relato que será apresentado na próxima reunião.
267 Segundo a Conselheira Elizete, mais de 2 mil pessoas foram atendidas, muitas pessoas
268 de Santa Catarina, do interior do Estado e de Curitiba e Região. Além disso, a
269 Conselheira Elizete relatou que a reunião com a embaixadora foi bastante proveitosa,
270 contando com 3 associações e com diversas falas dos próprios migrantes, causando
271 sensibilização aos participantes para a pauta, sendo de suma relevância a participação
272 dos migrantes e refugiados nas reuniões. Ademais, a Conselheira Elizete propôs que seja
273 estabelecido um tema para aprofundamento para as (os) conselheiras (os) possam se
274 imbuir de conteúdos que os ajudem em suas práticas, pois há alguns dias houve uma
275 reunião a partir da Pastoral do Migrante com a presença do Padre Alfredo, nesta ocasião
276 ele trouxe um conteúdo muito rico e importante para a metodologia de trabalho com os
277 migrantes, seja para a sociedade civil, universidades e instâncias governamentais.
278 Portanto, a Conselheira Elizete sugeriu que o Padre Alfredo possa realizar uma fala na
279 próxima reunião para trazer um pouco dos aspectos teóricos para ajudar nas
280 metodologias e no trabalho realizado pelas (os) conselheiras (os). A Presidente Márcia
281 sugeriu que a fala seja feita em Dezembro, pois a reunião de Novembro será
282 descentralizada. Em seguida, a Professora Tatiana informou que a ideia da Vereadora
283 Carol é chamar uma grande Audiência Pública para discutir a criação de um conselho e
284 políticas municipais de direitos e acessos aos serviços para os migrantes e refugiados. A
285 Vereadora Carol fez uma série de requisições à Prefeitura de Curitiba, mas as respostas
286 foram extremamente curtas e evasivas, mas amanhã (29/11) haverá uma reunião com a
287 Assessoria de Direitos Humanos da Prefeitura e que pode ser relatada na próxima



CERMA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES
E APÁTRIDAS DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

36
37
38
39
40

288 reunião. **8. Encerramento:** Por fim, a Presidente Márcia agradeceu a presença de todas e
289 todos e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados,
290 Migrantes e Apátridas do Paraná. A presente ata foi lavrada pelo estagiário Davi da Rosa
291 e revisada pela residente técnica Graziella Molina.